

Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

**Banco Société Générale Brasil S.A. – Instituição
líder do Conglomerado Prudencial**

31 de dezembro de 2017

com Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras
Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Banco Société Générale Brasil S.A.

Demonstra es Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

31 de dezembro de 2017 e 2016

 ndice

Relatório do auditor independente sobre as demonstra�es financeiras.....	1
Demonstra�es financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	6
Demonstra�es do resultado	10
Demonstra�es das muta�es do patrimônio líquido	11
Demonstra�es dos fluxos de caixa.....	12
Notas explicativas às demonstra�es financeiras	13

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos
Administradores e Acionistas do
Banco Société Générale Brasil S.A.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstra es financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do Banco Société Générale Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstra es consolidadas do resultado, das muta es do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na se o a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstra es financeiras consolidadas do conglomerado prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posi o patrimonial e financeira consolidada do Banco Société Générale Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas opera es e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as disposi es para elabora o de demonstra es contábeis do conglomerado prudencial previstas na Resolu o n  4.280, do Conselho Monetário Nacional e regula es complementares do Banco Central do Brasil, para elabora o dessas demonstra es contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa n  2 às referidas demonstra es.

Base para opinião com ressalva

A controlada SG Equipment Finance S.A. – Arrendamento Mercantil registra as suas opera es e elabora as suas demonstra es financeiras com observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência de deprecia o, classificada no ativo permanente (nota explicativa 3). Essas diretrizes não requerem a reclassifica o das opera es, que permanecem registradas de acordo com a disposi o da Lei n . 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante, realizável a longo prazo e rendas de arrendamento, mas resultam na adequada apresenta o do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfases

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Suspensão da realização de novas operações de crédito de controladas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a controlada Banco Cacique S.A., suspendeu a realização de novas operações de crédito em função da decisão anunciada pelo controlador de encerrar as operações daquela Instituição, a partir de 3 de fevereiro de 2015. Também conforme nota explicativa nº 1, em função da natureza das operações e das práticas contábeis aplicáveis às demonstrações financeiras da Instituição, não são esperadas diferenças significativas entre o valor contábil dos ativos e passivos e o valor de liquidação caso as demonstrações financeiras fossem elaboradas nessa base de apresentação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Incorporação do Banco Cacique S.A. e da Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários

Conforme nota explicativa nº 1, o Banco Société Générale Brasil S.A. incorporou integralmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Banco Cacique S.A. e a Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários. Em cumprimento às disposições do Banco Central do Brasil, examinamos os procedimentos adotados nos processos de incorporação, os quais, em nossa opinião, estão de acordo com as normas regulamentares. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Outros assuntos:

Demonstrações Financeiras individuais do Banco Société Générale Brasil S.A.

O Banco Société Générale Brasil S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 21 de fevereiro de 2018.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de março de 2018.

ERNST & YOUNG

Audidores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC- 1SP172167/O-6

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota explicativa	2017	2016
CIRCULANTE		11.569.391	10.131.883
Disponibilidades	5	37.059	53.565
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	5.226.914	3.796.107
Aplicações no mercado aberto		5.226.914	3.796.103
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	4
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	1.118.627	830.718
Carteira própria		708.022	342.663
Vinculados à prestação de garantias		176.349	93.508
Instrumentos financeiros derivativos	7.e.1	234.256	394.547
Relações interfinanceiras		1.294	592
Créditos vinculados - depósitos no Banco Central do Brasil		288	58
Créditos vinculados - Correspondentes		1.006	534
Operações de crédito		163.804	19.177
Operações de crédito - setor privado	9.a	166.009	28.383
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	11	(2.205)	(9.206)
Operações de arrendamento mercantil	10	(6.122)	(9.416)
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado		334.019	325.329
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor público		52.754	51.544
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor privado		(331.265)	(324.534)
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor público		(52.516)	(51.544)
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	11	(9.114)	(10.211)
Outros créditos		5.025.087	5.437.910
Carteira de câmbio	12	4.934.351	5.310.849
Rendas a receber		260	311
Negociação e intermediação de valores	8	5	59
Diversos	13.a	110.591	138.350
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	11	(20.120)	(11.659)
Outros valores e bens		2.728	3.230
Outros valores e bens		2.558	2.337
Provisão para desvalorização de outros valores e bens		(1)	(92)
Despesas antecipadas	14	171	985

REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		3.436.692	2.441.040
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	602.664	724.746
Carteira própria		194.256	119.646
Vinculados à prestação de garantias		111.764	250.731
Instrumentos financeiros derivativos	7.e.1	296.644	354.369
Operações de crédito		341.507	42.962
Operações de crédito - setor privado	9.a	341.507	44.056
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	11	-	(1.094)
Operações de arrendamento mercantil	10	(15.521)	(15.425)
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado		573.657	531.046
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor público		54.893	97.785
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor privado		(573.657)	(529.433)
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor público		(54.893)	(97.785)
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		(15.521)	(17.038)
Outros créditos		2.506.570	1.687.780
Carteira de câmbio	12	2.046.877	1.233.814
Diversos	13.a	459.693	453.966
Outros valores e bens		1.472	977
Outros valores e bens		-	37
Provisão para desvalorização de outros valores e bens		-	(37)
Despesas antecipadas	14	1.472	977
PERMANENTE		943.667	1.020.926
Investimentos		21	45.120
Participações em controladas	16	-	45.073
Outros investimentos		21	47
Imobilizado de uso		4.254	6.172
Imóveis de uso		3	-
Outras imobilizações de uso		13.939	33.226
Depreciações acumuladas		(9.688)	(27.054)
Imobilizado de arrendamento		939.138	969.456
Bens arrendados		1.330.218	1.403.465
Superveniências de depreciações		156.095	138.146
Perdas de arrendamento a amortizar		95.558	60.071
Depreciações acumuladas		(596.957)	(613.691)
Amortização de perdas de arrendamento		(45.776)	(18.535)
Intangível		254	178
Outros ativos intangíveis		607	509
Amortização acumulada de outros intangíveis		(353)	(331)
TOTAL DO ATIVO		15.949.750	13.593.849

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais - R\$)

<u>PASSIVO</u>	Nota explicativa	2017	2016
CIRCULANTE		11.054.854	9.748.889
Depósitos	17	465.624	423.162
Depósitos à vista		13.085	6.836
Depósitos interfinanceiros		152.805	101.528
Depósitos a prazo		299.734	314.798
Captações no mercado aberto	18	1.078.043	841.135
Carteira de Terceiros		801.959	697.459
Carteira de Livre Movimentação		276.084	143.676
Relações interfinanceiras		-	71
Correspondentes		-	71
Relações interdependências		70.126	21.463
Recursos em trânsito de terceiros		70.126	21.463
Obrigações por empréstimos e repasses	19	4.674.903	2.911.069
Empréstimos no País		2.055	-
Empréstimos no exterior		4.672.204	2.908.160
Repasses do exterior		185	2.547
Repasses do País		459	362
Instrumentos financeiros derivativos		227.973	273.663
Instrumentos financeiros derivativos	7.e.1	227.973	273.663
Outras obrigações		4.538.185	5.278.326
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		12	716
Carteira de câmbio	12	4.301.455	4.921.198
Fiscais e previdenciárias	13.b	152.671	209.997
Negociação e intermediação de valores	8	11.707	48.018
Diversas	13.c	72.340	98.397
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		3.554.201	2.469.730
Depósitos	17	140.674	295.303
Depósitos a prazo		140.674	295.303
Obrigações por empréstimos e repasses	19	648.810	348.443
Empréstimos no País		5.239	-
Empréstimos no exterior		638.829	336.633
Repasses do exterior		141	282
Repasses do País - FINAME		4.601	11.528
Instrumentos financeiros derivativos		269.996	127.637
Instrumentos financeiros derivativos	7.e.1	269.996	127.637
Outras obrigações		2.494.721	1.698.347
Carteira de câmbio	12	2.028.228	1.247.766
Fiscais e previdenciárias	13.b	68.388	38.358
Diversas	13.c	398.105	412.223

RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	20	23.173	22.931
Resultado de exercícios futuros		23.173	22.931
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21	1.317.522	1.352.299
Capital social		2.956.929	2.956.929
Reserva de capital		2.294	2.018
Ajustes de avaliação patrimonial		6.878	2.924
Prejuízos acumulados		(1.648.579)	(1.609.572)
TOTAL DO PASSIVO		15.949.750	13.593.849

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Em milhares de R\$, exceto lucro (prejuízo) por ação

	Nota explicativa	2º semestre	2017	2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		623.306	1.209.754	1.645.606
Operações de crédito		25.377	37.795	93.701
Operações de arrendamento mercantil		260.735	506.609	469.237
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		337.194	665.350	1.082.668
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(463.560)	(941.352)	(1.377.715)
Operações de captações no mercado		(81.316)	(201.498)	(177.175)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		-	8.198	-
Operações de arrendamento mercantil		(207.534)	(391.661)	(358.776)
Operações de empréstimos e repasses		(183.395)	(361.985)	1.548.437
Resultado de operações com câmbio		150.642	288.584	(291.650)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(140.307)	(268.355)	(2.084.988)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11	1.358	(1.327)	(9.696)
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		1.800	(4.636)	(3.867)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	11	(4.808)	(8.672)	-
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		159.746	268.402	267.891
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(87.636)	(240.844)	(182.393)
Receitas de prestação de serviços		7.188	15.935	16.817
Rendas de tarifas bancárias		21	37	110
Resultado de participações em controladas e coligada	16	12.619	(99.784)	(18.071)
Despesas de pessoal		(49.365)	(85.303)	(117.602)
Outras despesas administrativas	24	(34.371)	(63.870)	(103.560)
Despesas tributárias		(9.343)	(18.288)	(27.927)
Outras receitas operacionais	25	28.478	68.308	145.442
Outras despesas operacionais	26	(42.863)	(57.879)	(77.602)
RESULTADO OPERACIONAL		72.110	27.558	85.498
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		1.588	3.769	643
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOBRE RESULTADO		73.698	31.327	86.141
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22	(39.505)	(70.305)	(108.825)
Provisão para imposto de renda corrente		(21.069)	(33.017)	(65.205)
Provisão para contribuição social corrente		(20.519)	(29.955)	(58.273)
Imposto diferido		2.083	(7.333)	14.653
LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO) DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		34.193	(38.978)	(22.684)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Reservas de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		2.956.929	2.286	180	(3.104)	(1.587.007)	1.369.284
Ajuste de Lucros e Prejuízos de exercícios anteriores em controladas-							
Banco Pecúnia S.A.		-	-	-	-	119	119
Plano de pagamento baseado em ações							
-Controlador		-	(147)	-	-	-	(147)
-Controladas		-	(121)	-	-	-	(121)
Reservas de reavaliação		-	-	(180)	-	-	(180)
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	6.028	-	6.028
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(22.684)	(22.684)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		<u>2.956.929</u>	<u>2.018</u>	<u>-</u>	<u>2.924</u>	<u>(1.609.572)</u>	<u>1.352.299</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		<u>2.956.929</u>	<u>2.018</u>	<u>-</u>	<u>2.924</u>	<u>(1.609.572)</u>	<u>1.352.299</u>
Ajuste de Lucros e Prejuízos de exercícios anteriores em controladas-							
Banco Pecúnia S.A.		-	-	-	-	(17)	(17)
Plano de pagamento baseado em ações							
-Controlador		-	206	-	-	-	206
-Controladas		-	70	-	-	-	70
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	3.954	(12)	3.942
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(38.978)	(38.978)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<u>2.956.929</u>	<u>2.294</u>	<u>-</u>	<u>6.878</u>	<u>(1.648.579)</u>	<u>1.317.522</u>
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017		<u>2.956.929</u>	<u>2.125</u>	<u>-</u>	<u>4.490</u>	<u>(1.682.772)</u>	<u>1.280.772</u>
Plano de pagamento baseado em ações							
-Controlador		-	99	-	-	-	99
-Controladas		-	70	-	-	-	70
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	2.388	-	2.388
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	34.193	34.193
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<u>2.956.929</u>	<u>2.294</u>	<u>-</u>	<u>6.878</u>	<u>(1.648.579)</u>	<u>1.317.522</u>

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais)

	2º semestre	2017	2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido/(Prejuízo) do semestre/exercício	34.193	(38.978)	(22.684)
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa	194.352	223.564	1.516.411
Depreciações e amortizações	191.698	372.330	355.002
Superveniência de depreciação	2.788	(17.948)	(30.241)
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(1.358)	(217)	10.310
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(1.800)	4.636	3.867
Provisão (reversão) para perdas com outros créditos	4.808	8.672	3.027
Atualização de depósitos judiciais	(16.500)	(25.778)	(24.737)
Constituição de provisão para riscos	15 (ii) (11.667)	(86.938)	17.880
Impostos diferidos	(2.083)	11.726	(14.653)
Provisão (reversão) para desvalorização de outros valores e bens	(92)	(128)	92
Provisão com participação no resultado	-	-	1.121
Variação cambial de operações de crédito e empréstimos	(17.581)	(97.701)	1.169.808
Ajustes de avaliação patrimonial e realização de reserva de reavaliação	2.388	3.925	5.909
Incorporação de controladas	56.201	56.201	-
Provisão (reversão) para pagamento de plano de ações	169	276	(210)
Baixa por obsolescência	-	265	1.030
Perda na venda de imobilizado	-	60	135
Resultado de participação em controladas	(12.619)	(5.817)	18.071
Lucro/(prejuízo) líquido ajustado	228.545	184.586	1.493.727
Variação de ativos e obrigações			
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.000.433)	(1.422.274)	(470.899)
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	(128.634)	(383.843)	501.992
(Aumento) redução em operações de arrendamento mercantil	(7.579)	(7.834)	2.985
Redução em relações interfinanceiras e interdependências	795	39.402	28.839
(Aumento) redução em operações de crédito	(159.374)	(703.468)	446.313
(Aumento) redução em outros créditos	3.780.431	(93.577)	4.457.130
(Aumento) redução em despesa antecipada	(268)	319	1.300
(Aumento) redução em outros valores e bens	48	(184)	2.913
Aumento (redução) em depósitos	(120.537)	(112.167)	448.205
Aumento no mercado aberto	603.620	1.530.520	841.135
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos	1.139.665	2.184.245	(5.204.801)
Aumento (redução) em outras obrigações	(3.303.281)	36.454	(3.064.023)
Aumento (redução) em instrumentos financeiros derivativos	62.076	314.685	(593.117)
Aumento em resultados de exercícios futuros	1.594	242	10.438
Caixa líquido investido nas atividades operacionais	1.096.668	1.567.106	(1.097.863)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aumento de capital em controladas	-	-	(7.000)
Aquisição de investimentos	-	-	(6.025)
Alienação de investimentos	1	53.001	6.116
Aquisição de imobilizado de uso	(1.779)	(6.107)	(1.425)
Alienação de imobilizado de uso	40	181	410
Aquisição de imobilizado de arrendamento mercantil	(304.033)	(450.603)	(432.763)
Alienação de imobilizado de arrendamento	74.929	128.882	102.709
Aquisição de intangível	(177)	(177)	(75)
Alienação de outros investimentos	4	4	-
Outros	13	13	43
Caixa líquido investido nas atividades de investimento	(231.002)	(274.806)	(338.010)
AUMENTO/(REDUÇÃO) DO CAIXA NO SEMESTRE/EXERCÍCIO	865.666	1.292.300	(1.435.873)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	3.754.838	3.328.204	4.764.077
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	5 4.620.504	4.620.504	3.328.204

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Société Générale Brasil S.A. (“Banco” ou “Institui o”), organizado sob a forma de banco múltiplo, está autorizado a operar com as carteiras comercial, inclusive câmbio, e de crédito, financiamento e investimentos. Suas opera es são conduzidas no contexto de um conjunto de institui es que atuam integradamente no mercado financeiro. Certas opera es têm a co-participa o ou a intermedia o de institui es associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Société Générale Brasil (“Conglomerado” ou “Consolidado”). O benefício dos serviços prestados entre essas institui es e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

O suporte das opera es do Banco a empresa controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil vem sendo realizadas através de aportes de capital e empréstimos no exterior com o Société Générale Corporate & Investment Bank (Paris-França).

A partir da decisão do Grupo Société Générale de focar suas atividades no Brasil em clientes corporativos e institucionais, e encerrar suas opera es de crédito ao consumo de pessoas físicas, o Banco Pecúnia S.A. foi vendido a Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de maio de 2017 pelo valor total de R\$ 53.300. Esta aliena o foi homologada pelo Banco Central no Diário Oficial da União de 26 de junho de 2017. O Banco Pecúnia S.A. não faz mais parte do conglomerado financeiro a partir desta data. O Banco Cacique S.A. foi incorporado pelo Banco em 02 de outubro de 2017 pelo seu valor contábil. Esta incorpora o foi homologada pelo Banco Central no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2017. O acervo incorporado, na data de referência, estava composto por:

BALANÇO PATRIMONIAL DO BANCO CACIQUE S.A. LEVANTADO EM 02 DE OUTUBRO DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>		<u>PASSIVO</u>	
CIRCULANTE	370.369	CIRCULANTE	208.836
Disponibilidades	537	Depósitos	208
Aplica�es interfinanceiras de liquidez	252.534	Depósitos � vista	208
Aplica�es no mercado aberto	252.534	Outras obriga�es	208.628
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	28.746	Fiscais e previdenciárias	1.114
Vinculados � presta�o de garantias	28.746	Diversas	207.514
Rela�es interfinanceiras	964		
Créditos vinculados - depósitos no Banco Central do Brasil	18		
Créditos vinculados - Correspondentes	946		
Outros créditos	87.123		
Diversos	91.787		
Provisão para outros créditos de liquida�o duvidosa	(4.664)		
Outros valores e bens	465		
Outros valores e bens	465		
PERMANENTE	30	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	161.563
Imobilizado de uso	30	Capital social	809.578
Imóveis de uso	10	Reserva de capital	996
Outras imobiliza�es de uso	73	Ajustes de avalia�o patrimonial	7
Deprecia�es acumuladas	(53)	Lucros/(Prejuízos) acumulados	(649.018)
TOTAL DO ATIVO	<u>370.399</u>	TOTAL DO PASSIVO	<u>370.399</u>

Em 27 de junho de 2017, antes de sua incorporação no Banco, o Banco Cacique anunciou sua decisão de conceder a remissão de dívida para certo número de clientes (pessoas físicas) devedores de sua carteira de operações de crédito, vide nota explicativa nº. 13.

A Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários foi incorporada pelo Banco em 01 de dezembro de 2017 pelo seu valor contábil. Esta incorpora o foi homologada pelo Banco Central no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2017. O acervo incorporado, na data de referência, estava composto por:

**BALANÇO PATRIMONIAL DA SOCIETE GENERALE S.A. CORRETORA DE CÂMBIO,
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, LEVANTADO EM 01 DE DEZEMBRO DE 2017
LEVANTADO EM 01 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)**

<u>ATIVO</u>		<u>PASSIVO</u>	
CIRCULANTE	105.555	CIRCULANTE	15.218
Disponibilidades	2.902	Outras obriga�es	15.218
Outros créditos	102.653	Fiscais e previdenciárias	5.217
Diversos	102.653	Diversas	10.001
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	90.337
		Capital social	90.415
		Reservas de lucros	803
		Lucros/(Prejuízos) acumulados	(881)
TOTAL DO ATIVO	<u>105.555</u>	TOTAL DO PASSIVO	<u>105.555</u>

2. APRESENTA O DAS DEMONSTRA OES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstra es financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instru es do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Institui es do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As demonstra es financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas conforme princípios de consolida o emanados da legisla o societária brasileira e abrangem em 2017 o Banco Société Générale Brasil S.A. (líder do conglomerado) e sua controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil, cuja elabora o das demonstra es financeiras individuais   de responsabilidade direta de cada empresa, sendo a consolida o geral elaborada pelo líder do Conglomerado.

As demonstra es contábeis consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolu o n  4.280 de 31 de outubro de 2013 CMN e Circular n  3.701 de 31 de março de 2014 do Banco Central do Brasil (BACEN) que, estabelecem procedimentos para a elabora o, a divulga o e a remessa ao BACEN destas demonstra es.

Em 31 de dezembro de 2016, as empresas incorporadas em 2017, Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários e Banco Cacique S.A. foram consolidadas nas demonstra es financeiras consolidadas prudenciais.

Estas demonstra es financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 20 de fevereiro de 2018.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moedas nacional e estrangeira e aplicações em ouro, no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e sendo utilizados pelas instituições para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Resolução CMN nº. 3.604/08.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os títulos classificados como “para negociação” e “disponíveis para venda” são avaliados pelo seu valor de mercado e os classificados como “mantidos até o vencimento” são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços .

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como “para negociação” são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como “disponíveis para venda” são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada “Ajuste de avaliação patrimonial”, líquido dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de “swap”, de futuros, opções e operações a termo e, são avaliados de acordo com os seguintes critérios:

- Operações de “swap” - o diferencial a receber ou a pagar é avaliado de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustadas ao valor de mercado em contrapartida do resultado do período. Certos contratos de “swap” foram contratados em negociação associada a operações de crédito e, conforme permitido pelo BACEN, não foram ajustados ao valor de mercado;
- Operações de futuro - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado diariamente como receita ou despesa;
- Operações a termo - são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito na data da aquisição, ajustado ao valor de mercado, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos prazos de vencimento dos contratos; e
- Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo até o exercício, agregando os custos inerentes ou transferido o valor total dos prêmios quando do não exercício para o resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

I - "hedge" de risco de mercado; e

II - "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- Para aqueles classificados na categoria “hedge” de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.
- Para aqueles classificados na categoria “hedge” de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

e) Operações de crédito, operações de arrendamento e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (perda).

As rendas das operações de crédito e de arrendamento mercantil vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, só são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo “rating” em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

f) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos a receber são atualizados monetariamente de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento e o efeito é creditado na conta de “Rendas a apropriar de arrendamento mercantil”. As contraprestações de arrendamento são registradas como receitas da intermediação financeira pelo regime de vencimento das respectivas parcelas, conforme prevê a legislação aplicável.

As perdas de arrendamento a amortizar correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizados pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente as perdas a amortizar, para efeito das demonstrações financeiras, está reclassificado para a rubrica de “Bens arrendados”.

g) Valores residuais garantidos

Os valores residuais garantidos, os quais representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica de “Valores residuais a realizar”, tendo como contrapartida a rubrica de “Valores residuais a balancear”.

h) Superveniência ou insuficiência de depreciação

Na apuração do resultado do semestre é efetuado o cálculo do valor presente dos arrendamentos a receber, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato. O valor assim apurado é comparado com o saldo residual contábil dos bens arrendados e operações de arrendamento, registrando-se a diferença em insuficiência de depreciação, se negativa, ou superveniência de depreciação, se positiva. A superveniência de depreciação é creditada no resultado e a insuficiência de depreciação, quando apurada, é registrada também no resultado, como despesa, tendo como contrapartida o registro em bens arrendados. O efeito do imposto de renda sobre essa diferença é diferido.

i) Carteira de câmbio

As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais, em bases “pró-rata” dia, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

j) Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo)

São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

k) Investimentos

- As participações em controladas e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial;
- As ações da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, obtidas através da transformação da Cetip – Câmara de Liquidação e Custódia em sociedade anônima, registradas ao valor de custo; e
- Os demais investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

l) Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas.

m) Depreciações

- Imobilizado de uso - são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens, com as seguintes taxas anuais: sistemas de processamento de dados 20%, imóveis de uso 4% e demais contas 10%; e
- Imobilizado de arrendamento - é calculada pelo método linear, no prazo usual de vida útil, reduzido em 30% com amparo da Portaria nº 113/88 do Ministério da Fazenda, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo do contrato de arrendamento mercantil for equivalente a no mínimo 40% do prazo de vida útil do bem arrendado. Essa depreciação é contabilizada a débito de despesas da intermediação financeira - operações de arrendamento mercantil.

n) Diferido

É demonstrado pelo custo de aquisição ou formação e amortizado pelo método linear pelo prazo de cinco anos ou de vigência dos contratos de aluguel.

o) Intangível

No Consolidado, inclui gastos com softwares ao custo de aquisição ou formação, cuja amortização é feita pelo método linear pelo prazo de vigência das licenças de uso para os softwares.

p) Valor de recuperação dos ativos

Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

q) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado.

r) Depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até as datas dos balanços, reconhecidos em base “pro rata” dia.

s) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação

judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação;
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente; e
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

t) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei no 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

u) Mensuração a valor de mercado

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

v) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa e dos riscos fiscais e obrigações legais e recuperação de ativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

w) Pagamento baseado em ações

O Grupo Société Générale (França) oferece como parte da remunera o variável da diretoria e funcionários das suas subsidiárias brasileiras planos de pagamentos baseados em a es.

Os planos são reconhecidos como despesa pessoal pr -rata ao período de carência, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido para aqueles planos cuja transa o seja liquidada em instrumentos patrimoniais ou reconhecido como um passivo caso a liquida o seja efetuada em dinheiro.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O nível de risco aceitável na condu o dos negócios   definido pela Alta Administra o do Banco, em

conjunto com a matriz em Paris. Os diferentes tipos de risco são formalmente identificados e permanentemente monitorados por unidades especializadas, independentes das unidades de negócio.

Essas unidades garantem que a exposição não ultrapasse os limites e critérios preestabelecidos e reportam a exposição e eventuais excessos à Alta Administração. A avaliação de todos os riscos é parte integrante da tomada de qualquer decisão estratégica no Banco. O processo de gerenciamento de riscos é realizado de forma consolidada no Brasil pelo Banco Société Générale Brasil S.A.

I. Risco de crédito

Em linha com as melhores práticas, o gerenciamento de Risco de Crédito do Banco   um processo contínuo e evolutivo do mapeamento, da aferi o e do diagnóstico dos modelos, dos instrumentos, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das opera es efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados   análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de concentra o, concessão, exigência de garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada da carteira.

II. Risco de mercado

A  rea de Risco de Mercado utiliza metodologias e modelos condizentes com a realidade dos mercados nacional e internacional, permitindo embasar as decisões estratégicas do Banco com agilidade, transparência e alto grau de confiança.   a área responsável pela implementa o da estrutura de risco de mercado no Banco, sendo independente das áreas de negócio, com fun es específicas, responsabilidades claramente definidas e instrumentos apropriados que lhe possibilitam a identifica o, a avalia o, o monitoramento e o controle dos riscos, estabelecendo padrões e procedimentos de gestão de risco em conformidade com as recomenda es do BACEN. Além disso, possui os recursos humanos adequados para estruturar o processo de gerenciamento de risco, em conformidade com normas internas e externas. Essa  rea informa a Administra o sobre a exposi o aos riscos de mercado e divulga as informa es sobre o risco de mercado aos órgãos reguladores, bem como as linhas de negócios internas e externas.

III. Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquida o de direitos e obriga es, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das opera es.

IV. Risco operacional

Conforme a Resolu o CMN n  3.380, de 29 de junho de 2006, o Banco identifica e monitora a sua exposi o ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles: i) avalia o de riscos inerentes e controles internos por área, que define o perfil de risco residual por categoria de risco, conforme metodologia requerida pelo acordo da Basileia II (nota explicativa n  26); essa avalia o   revisada periodicamente e desencadeia planos de a es mitigantes a partir de um certo nível de exposi o; ii) análise sistemática das perdas operacionais históricas; iii) monitoramento mensal de indicadores de riscos; iv) controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de a es corretivas; v) controles de conformidade e de preven o   lavagem de dinheiro ("compliance"); vi) plano de continuidade de negócios; vii) Comitê de novos produtos; e viii) campanhas de conscientiza o dos colaboradores.

Os resultados deste conjunto de instrumentos são revisados periodicamente por um comitê dedicado, no intuito de tomar as a es mitigantes consideradas necessárias.

Para efeito de alocação de capital regulamentar, previsto no art. 1º da Circular nº 3.640, de 04 de março de 2013, e alterada pela Circular nº 3.675, de 31 de outubro de 2013, o Conglomerado adotou a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada.

A divulgação das informações consolidadas referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) conforme requerido pela Circular BACEN nº 3.678, de 31 de outubro de 2013, alterada pela Circular nº 3.716, de 21 de agosto de 2014, estão publicadas em nosso site no endereço eletrônico www.sgbrasil.com.br, seção Gestão de Riscos.

V. Risco de capital

O Conglomerado realiza a gestão de seu Capital Regulatório de forma descentralizada, ficando cada instituição financeira integrante individualmente responsável pelo respectivo gerenciamento de capital e avaliações de possíveis impactos oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras sob sua gestão. A atividade é realizada através de Estruturas de Gerenciamento de Capital individuais, compostas de técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades voltadas ao planejamento e monitoração de seu respectivo Capital de acordo com os requerimentos definidos na Política de Gerenciamento de Capital do Conglomerado prevendo:

I - mecanismos para a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com respectivos indicadores calibrados conforme apetite de riscos estabelecidos para a empresa e periodicamente reportados à diretoria e conselho de administração;

II - plano de capital abrangendo o horizonte de três anos;

III - simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;

As informações acima são formalizadas através de Planos de Capital de cada empresa e então submetidos ao COMITÊ DE GESTÃO DE CAPITAL, RISCOS DE LIQUIDEZ E MERCADO GRUPO (CGCRLMG).

O dimensionamento das Estruturas é adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e operações, sendo a coordenação entre as Estruturas realizada através do CGCRLMG, que se reúne mensalmente.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2017	2016
Disponibilidades	37.059	53.565
Aplicações no mercado aberto	4.568.247	3.274.635
Total	<u>4.605.306</u>	<u>3.328.204</u>

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 31 de dezembro de 2017	A vencer até 3	Total
	meses	
Aplicações no mercado aberto	5.226.914	5.226.914
Total	<u>5.226.914</u>	<u>5.226.914</u>

Em 31 de dezembro de 2016	A vencer até 3	Total
	meses	
Aplicações no mercado aberto	3.796.103	3.796.103
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4	4
Total	<u>3.796.107</u>	<u>3.796.107</u>

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação dos títulos e valores mobiliários por categoria:

	2017		2016	
	Valor na curva	Valor de mercado	Valor na curva	Valor de mercado
Carteira própria:	880.212	902.278	459.556	462.309
Títulos para negociação:	688.001	697.025	332.244	334.667
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	31.808	31.822	83.910	83.946
Letras do Tesouro Nacional - LTN	442.762	443.359	70.057	69.798
Notas do Tesouro Nacional - NTN	213.431	221.844	178.277	180.923
Títulos disponíveis para venda:	192.211	205.253	127.312	127.642
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	7.377	7.380	40.548	40.486
Letras do Tesouro Nacional - LTN	184.834	197.873	86.764	87.156
Vinculados à prestação de garantias:	280.510	288.113	337.565	344.239
Títulos para negociação:	74.632	74.717	87.606	87.846
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	56.371	56.359
Letras do Tesouro Nacional - LTN	68.527	68.585	29.408	29.629
Notas do Tesouro Nacional - NTN	6.105	6.132	1.827	1.858
Títulos disponíveis para venda:	205.878	213.396	249.959	256.393
Letras do Tesouro Nacional - LTN	153.708	161.219	229.754	236.213
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	21.863	21.870	20.205	20.180
Cotas de fundos de investimento	30.307	30.307	-	-
Total	<u>1.160.722</u>	<u>1.190.391</u>	<u>797.121</u>	<u>806.548</u>

b) Marcação a mercado dos títulos classificados na categoria disponível para venda:

Títulos disponíveis para venda		2017			
Papel	Valor Curva	Valor de mercado	Ajuste MtM	Imposto de Renda	Saldo MtM líquido de Imposto de Renda
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	29.240	29.250	10	(5)	5
Letras do Tesouro Nacional - LTN	338.542	359.092	20.550	(9.247)	11.303
Cotas de fundos de investimento	30.307	30.307	-	-	-
Total	398.089	418.649	20.560	(9.252)	11.308

Títulos disponíveis para venda		2016			
Papel	Valor Curva	Valor de mercado	Ajuste MtM	Imposto de Renda	Saldo MtM líquido de Imposto de Renda
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	60.753	60.666	(87)	39	(51)
Letras do Tesouro Nacional - LTN	316.019	323.369	7.350	(3.308)	4.042
Total	376.772	384.035	7.263	(3.269)	3.991

A aplicação no fundo é uma obrigação regulatória da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão a fim de cumprimento de margem de garantia e ter autorização de acesso como participante de negociação pleno e participante de liquidação.

O valor de mercado dos títulos públicos e privados foi apurado, respectivamente, com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA-Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

Os títulos privados e públicos estão custodiados na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, respectivamente.

c) Composição por prazo de vencimento

	2017			2016		
	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total
Sem vencimento	-	30.307	30.307	-	-	-
A vencer até 3 meses	771.742	-	771.742	422.513	13.658	436.171
A vencer entre 3 e 12 meses	-	82.322	82.322	-	-	-
A vencer entre 1 e 3 anos	-	276.770	276.770	-	214.522	214.522
A vencer entre 3 e 5 anos	-	29.250	29.250	-	155.855	155.855
Total	771.742	418.649	1.190.391	422.513	384.035	806.548

d) Composição por emissor

	2017	2016
Títulos para negociação	771.742	422.513
Públicos	771.742	422.513
Governo Federal	771.742	422.513
Títulos disponíveis para venda	418.649	384.035
Públicos	388.342	384.035
Governo Federal	388.342	384.035
Privado	30.307	-
Cotas de fundos de investimentos	30.307	-
Total	1.190.391	806.548

e) Instrumentos financeiros derivativos

As instituições participam de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, principalmente, os de alta liquidez, os quais são avaliados ao valor de mercado entre as posições ativas e passivas. Demonstramos a seguir a relação dos derivativos por indexador:

e.1) “Swap” e NDF

Em 31 de dezembro de 2017

Indexador	Operações registradas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão		
	Balcão	Curva	Mercado
CDI x DÓLAR	196.578	(5.201)	(4.933)
CDI x EURO	60.000	(4.473)	(4.591)
CDI x IPCA	29.100	24.523	(533)
CDI x LIBOR	100.000	(351)	(232)
CDI x LIBOR (Fluxo de caixa)	36.500	170	210
CDI x PRÉ	667.798	(5.211)	(28.885)
CDI x PRÉ (Fluxo de caixa)	373.112	490	2.293
DÓLAR (NDF)	1.622.689	4.872	8.583
DÓLAR x CDI (Fluxo de caixa)	204.337	4.758	4.437
DÓLAR X LIBOR US\$ 3M (Fluxo de caixa)	194.514	(83)	(1.849)
DÓLAR x PRÉ (Fluxo de caixa)	(237.134)	(16.946)	(23.133)
EURO (NDF)	848.285	(9.923)	(8.345)
IPCA x CDI	29.200	(24.601)	451
LIBOR US\$ 3M x Dólar (Fluxo de caixa)	194.514	91	1.907
LIBOR X DÓLAR (Fluxo de caixa)	36.520	(3)	(36)
PRÉ x CDI	2.119.577	14.632	1.303
PRÉ x DÓLAR	397.226	35.141	56.768
PRÉ x DÓLAR (Fluxo de caixa)	188.918	27.673	48.648
PRÉ X EURO	166.850	(20.926)	(19.213)
YEN (NDF)	18.842	(86)	81
	7.247.426	24.546	32.931

Em 31 de dezembro de 2016

Indexador	Valor de referência		
	Operações registradas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão		
	Balcão	Curva	Mercado
CAP x PRÉ	221.892	(6.263)	(10.762)
CDI x EURO (Fluxo de caixa)	28.431	5.323	5.398
CDI x PRÉ (Fluxo de caixa)	55.000	60	(202)
CDI x EURO	334.427	117.518	117.127
CDI x IPCA	24.100	(114)	(354)
CDI x PRÉ (Termo)	365.000	-	(10.915)
CDI x DÓLAR	60.000	18.459	18.584
Cesta de Ações x PRÉ	375.739	6.243	10.762
DÓLAR x LIBOR US 3M (Fluxo de caixa)	441.296	(3)	(1.484)
DÓLAR x PRÉ (Fluxo de caixa)	11.263	8.285	8.383
DÓLAR (NDF)	4.074.158	103.746	110.830
DÓLAR x CDI (Fluxo de caixa)	100.000	88.232	94.380
EURIBOR x EUR ECB	119.368	(947)	(5.614)
EURIBOR x PRÉ	386.479	(116.894)	(117.287)
EURO (NDF)	1.616.993	(579)	4.036
FRANCO SUIÇO (NDF)	1.371	143	159
IPCA x CDI	24.200	92	280
JPY Reuters 11 NY (NDF)	217	50	52
LIBOR US 3M x DÓLAR (Fluxo de caixa)	376.126	3	1.590
LIBRA ESTERLINA (NDF)	16.617	1.623	1.820
PRÉ x 9,78% EURIBOR + EUR ECB	119.072	56.511	51.545
PRÉ x DÓLAR	253.867	12.127	20.257
PRÉ x DÓLAR (Fluxo de caixa)	700.647	46.283	34.027
PRÉ x EURIBOR	60.000	(4.773)	(4.391)
PRÉ x EURO	232.258	17.428	18.517
	<u>9.998.521</u>	<u>352.553</u>	<u>346.738</u>

	2017		2016	
	Valor de referência	Prêmios a receber (pagar)	Valor de referência	Prêmios a receber (pagar)
<u>Opções flexíveis</u>				
Compra de opção de compra	26.667	1.384	-	-
Compra de opção de venda	26.667	(1.384)	-	-
	<u>53.334</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

	2017		2016	
	Valor de referência	Prêmios a receber (pagar)	Valor de referência	Prêmios a receber (pagar)
<u>Opções listadas</u>				
Posição comprada-Opções de venda	-	-	124.400	861
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>124.400</u>	<u>861</u>

	2017	2016
	Valor dos contratos	Valor dos contratos
<u>Operações a termo</u>		
Compras a termo a receber	-	36.452
Obrigações por compra de termo a pagar	-	(36.435)
Total	<u>-</u>	<u>17</u>

Diferencial e prêmios a receber (pagar) – "Swap", NDF e Opções

	2017	2016
Curto prazo	234.256	394.547
Longo prazo	296.644	354.369
Saldo registrado no ativo:	<u>530.900</u>	<u>748.916</u>
Curto prazo	(227.973)	(273.663)
Longo prazo	(269.996)	(127.637)
Saldo registrado no passivo:	<u>(497.969)</u>	<u>(401.300)</u>
Diferencial líquido a receber/(pagar)	<u>32.931</u>	<u>347.616</u>

e.2) Mercado futuro

	2017		2016	
	Valor dos contratos	Ajuste a receber (pagar)	Valor dos contratos	Ajuste a receber (pagar)
Mercadoria				
DDI	7.690.046	(12.812)	5.442.129	(46.214)
DI	3.150.305	1.394	4.562.120	55
Dólar	3.288.692	165	1.125.725	(1.696)
Total	<u>14.129.043</u>	<u>(11.253)</u>	<u>11.129.974</u>	<u>(47.855)</u>

No Consolidado, os ajustes a receber das operações do mercado futuro foram registrados na conta “Outros créditos - Negociação e intermediação de valores”, e a pagar registrados na conta “Outras obrigações – Negociação ou intermediação de valores”. Vide nota explicativa nº 8.

O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

A margem dada em garantia das operações negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$ 89.894 (R\$ 42.479 em 2016).

Os contratos de “swap”, NDFs, opções e futuros têm os seguintes vencimentos em dias, com base nos valores referenciais:

Em 31 de dezembro de 2017	Valores referenciais						
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total de contratos
“Swap”	381.681	640.755	2.554.120	1.082.473	98.582	-	4.757.611
NDFs	891.091	670.266	574.781	334.561	19.116	-	2.489.815
Futuros	9.229.280	910.929	2.699.696	1.175.468	113.670	-	14.129.043
Opções	-	-	53.334	-	-	-	53.334
Total	10.502.052	2.221.950	5.881.931	2.592.502	231.368	-	21.429.803

Em 31 de dezembro de 2016	Valores referenciais						
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total de contratos
“Swap”	585.746	1.111.126	1.517.212	491.750	583.330	-	4.289.164
NDFs	2.780.173	2.014.964	621.200	35.572	257.448	-	5.709.357
Futuros	3.729.365	4.126.369	1.121.779	1.131.542	793.686	227.233	11.129.974
Operações a Termo	36.452	-	-	-	-	-	36.452
Opções	-	124.400	-	-	-	-	124.400
Total	7.131.736	7.376.859	3.260.191	1.658.864	1.634.464	227.233	21.289.347

Os instrumentos financeiros derivativos, apresentaram nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os seguintes resultados:

	2017	2016
NDF	50.909	236.408
Swap	(42.139)	728.728
Mercado futuro	(276.264)	(3.051.859)
Opções	(861)	1.735
Total	(268.355)	(2.084.988)

e.3) Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge"

A estratégia de “hedge accounting” de fluxo de caixa das instituições é determinada com o objetivo de reduzir a volatilidade no resultado gerado pela contratação de empréstimos em dólar junto à Matriz e seu hedge realizado com instrumentos financeiros derivativos no mercado local. A estrutura visa mitigar os riscos devidos à variação de preços de moedas (variação cambial) e à variação das taxas de juros. A estrutura de “hedge”, composta pelo empréstimo – objeto de hedge e os derivativos – instrumentos de hedge, é assim categorizada, observadas as regras legais para a qualificação de “hedge”, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.082.

As estruturas de “hedge” são montadas observando a liquidez do mercado, o alinhamento das datas de vencimentos dos derivativos com a dos empréstimos, alinhamento da quantidade de contratos de derivativos

face o montante do empréstimo, reduzindo desta forma, o risco de não efetividade destas estruturas. A volatilidade gerada pela marcação a mercado dos derivativos é registrada no patrimônio líquido, sendo que a parcela não-efetiva é reclassificada para resultado.

A avaliação mensal da efetividade dessas estratégias é realizada através do método de análise regressiva. O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

Os derivativos utilizados como instrumentos de “hedge” por indexador são representados como segue:

"Hedge" fluxo de caixa	2017		2016	
	Valores de Mercado (BRL)		Valores de Mercado (BRL)	
	USD	CDI	USD	CDI
Empréstimos	(446.622)	-	(494.586)	-
DDI	442.508	(466.704)	346.704	(517.323)
DI	-	441.816	-	464.598
Marcação a mercado do hedge de fluxo de caixa (patrimônio líquido)		(8.055)		1.949
Imposto sobre a marcação a mercado do hedge fluxo de caixa (45%)		3.625		(878)

e.4) Cotas de fundo de investimento

As cotas de fundo de investimento estavam representadas por aplicações do Banco em um fundo de investimento multimercado cuja posição é demonstrada abaixo. A aplicação no fundo é uma obrigação regulatória da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão a fim de cumprimento de margem de garantia e ter autorização de acesso como participante de negociação pleno e participante de liquidação.

	2017	2016
	Ativo/(Passivo)	
FI LIQUIDEZ CÂMARA BM&FBOVESPA MULTIMERCADO		
Quantidade cotas	299.779,4947942	-
Participação	100%	-
Saldo	30.307	-

8. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIACÃO DE VALORES

Ativo – Outros créditos

	2017	2016
<u>Operação:</u>		
Mercado futuro (nota explicativa nº 7 e.2)	-	2
Prêmio de opção	5	-
Swap	-	57
Total	5	59

Passivo – Outras obrigações

	2017	2016
<u>Operação:</u>		
Mercado futuro (nota explicativa nº 7 e.2)	11.253	47.857
Provisão de comissão de clientes da carteira de câmbio	443	-
Swap	11	-
Outros	-	161
Total	<u>11.707</u>	<u>48.018</u>

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Tipo de operação:

	2017	2016
Empréstimos e títulos descontados	191.249	50.643
Financiamentos	316.267	21.796
Total das operações de crédito	<u>507.516</u>	<u>72.439</u>
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 12)	545.310	419.321
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 12)	11.570	8.118
Outros créditos – títulos e créditos a receber (nota explicativa nº 13)	51.792	52.713
Total de outros créditos (*)	<u>608.672</u>	<u>480.152</u>
Total de operações de arrendamento mercantil (nota explicativa nº 10)	<u>903.656</u>	<u>905.980</u>
Total do risco da carteira	<u>2.019.844</u>	<u>1.458.571</u>

(*) Conforme mencionado na nota explicativa nº. 1, o Banco Cacique concedeu a remissão de dívida para certo número de clientes (pessoas físicas) devedores residuais de sua carteira de operações de crédito, apurando-se uma despesa de R\$ 12.297 registradas na rubrica “outras despesas operacionais”.

b) Diversificação por atividade:

	2017	2016
Setor privado:		
Indústria	801.040	423.881
Comércio	336.958	349.320
Instituições financeiras	206.038	34.946
Pessoas físicas	251	15.089
Prestação de serviços	198.479	23.034
Outros serviços	370.899	447.992
Setor público		
Governo federal	106.179	164.309
Total	<u>2.019.844</u>	<u>1.458.571</u>

c) Vencimento:

	2017		2016	
	Valor	%	Valor	%
Prazo:				
Vencidas	13.002	0,64	19.017	1,30
A vencer até 3 meses	274.755	13,60	168.400	11,55
A vencer de 3 a 12 meses	826.976	40,94	657.962	45,11
A vencer de 1 a 3 anos	892.048	44,16	494.724	33,92
A vencer de 3 a 5 anos	13.063	0,65	113.865	7,81
A vencer de 5 a 15 anos	-	-	4.603	0,32
Total	2.019.844	100,00	1.458.571	100,00

d) Concentração da carteira de crédito:

	2017		2016	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Principal devedor	309.070	15,30	146.568	10,05
10 seguintes maiores devedores	1.030.441	51,02	725.566	49,74
20 seguintes maiores devedores	443.097	21,94	296.216	20,31
50 seguintes maiores devedores	171.973	8,51	167.893	11,51
100 seguintes maiores devedores	59.388	2,94	78.064	5,35
Demais devedores	5.875	0,29	44.264	3,04
Total	2.019.844	100,00	1.458.571	100,00

e) Nível de risco:

Nível	%	2017			2016		
		Curso Normal	Vencidos	Total	Curso Normal	Vencidos	Total
AA	0,00%	552.978	41	553.019	408.262	60	408.322
A	0,50%	826.411	44	826.455	494.493	364	494.857
B	1,00%	536.429	261	536.690	441.784	920	442.704
C	3,00%	32.724	166	32.890	34.628	1.582	36.210
D	10,00%	17.073	6.291	23.364	8.208	366	8.574
E	30,00%	15.208	1.052	16.260	32.020	3.201	35.221
F	50,00%	3.730	80	3.810	867	190	1.057
G	70,00%	-	-	-	6.940	925	7.865
H	100,00%	22.290	5.066	27.356	11.062	12.699	23.761
		2.006.843	13.001	2.019.844	1.438.264	20.307	1.458.571

f) Provisão por nível de risco:

Nível	2017		2016	
	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	553.019	-	408.322	-
A	826.455	4.132	494.857	2.474
B	536.690	5.367	442.704	4.427
C	32.890	986	36.210	1.085
D	23.364	2.336	8.574	857
E	16.260	4.878	35.221	10.565
F	3.810	1.905	1.057	533
G	-	-	7.865	5.505
H	27.356	27.356	23.761	23.762
Provisão mínima	<u>2.019.844</u>	<u>46.960</u>	<u>1.458.571</u>	<u>49.208</u>
Total		<u>46.960</u>		<u>49.208</u>

10. ARRENDAMENTO MERCANTIL

As operações de arrendamento financeiro são contratadas, principalmente, de acordo com a taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem.

O valor dos contratos de arrendamento mercantil estão registrados pelos seus valores presentes, apurado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue:

Arrendamento financeiro:

	2017	2016
Arrendamentos a receber - setor privado	872.335	846.117
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor privado	(869.581)	(843.950)
Arrendamentos a receber - setor público	107.647	149.329
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor público	(107.409)	(149.329)
Imobilizado de arrendamento, líquido de depreciação	698.871	778.700
Superveniência de depreciação	156.095	138.146
Perdas de arrendamento a amortizar líquidas	49.782	41.536
Credores por antecipação de valor residual (nota explicativa nº 13 c)	(34.473)	(63.787)
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil	<u>873.267</u>	<u>896.762</u>

Arrendamento operacional:

	2017	2016
Arrendamentos a receber - setor privado	30.389	9.220
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(30.389)	(9.220)
Total	<u>-</u>	<u>-</u>

a) Bens Arrendados – Arrendamento Financeiro:

	Taxa anual de Depreciação (%)	2017	2016
Máquinas e equipamentos	14%	696.178	640.539
Equipamentos de informática	29%	514.231	590.107
Veículos e afins	29%	15.365	62.105
Aeronaves	29%	55.615	91.072
Superveniência de depreciação		156.095	138.146
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas		49.782	41.536
Depreciação acumulada		(582.517)	(605.124)
Total		904.749	958.381

b) Bens Arrendados – Arrendamento Operacional:

	Taxa anual de Depreciação (%)	2017	2016
Equipamentos de Informática	29%	48.829	19.642
Depreciação acumulada		(14.440)	(8.567)
Total		34.389	11.075

O seguro dos bens arrendados é efetuado pelos arrendatários, com cláusula de benefício em favor da arrendadora.

11. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

	2017	2016
Saldo inicial	49.208	97.817
Constituição	14.635	13.563
Baixas	(21.451)	(62.172)
Incorporação (*)	4.568	-
Saldo final	46.960	49.208
Curto prazo	31.439	48.114
Longo prazo	15.521	1.094

(*)Saldos incorporados no Banco, em virtude das incorporações do Banco Cacique, em 02/10/2017 e Societe Generale CCTVM, em 01/12/2017

No consolidado, durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2017, houve recuperação de créditos anteriormente baixados contra provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 95. (R\$ 23.077 em 2016).

No consolidado o valor das operações de créditos e outros créditos renegociados durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2017 foi R\$ 0 (R\$ 2 em 2016).

12. CARTEIRA DE CÂMBIO:

	2017	2016
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	3.240.739	2.959.247
Direitos sobre venda de câmbio	3.729.019	3.577.298
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(100)	-
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 9 a)	11.570	8.118
Total	<u>6.981.228</u>	<u>6.544.663</u>
Curto prazo	4.934.351	5.310.849
Longo prazo	2.046.877	1.233.814
Total	<u>6.981.228</u>	<u>6.544.663</u>
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	3.862.987	3.603.300
Obrigações por compra de câmbio	3.012.006	2.984.985
Adiantamentos sobre contratos de câmbio – exportação (nota explicativa nº 9 a)	(545.310)	(419.321)
Total	<u>6.329.683</u>	<u>6.168.964</u>
Curto prazo	4.301.455	4.921.198
Longo prazo	2.028.228	1.247.766
Total	<u>6.329.683</u>	<u>6.168.964</u>

13. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Outros créditos – diversos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	522	236
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	-	17
Créditos tributários - imposto de renda e contribuição social (nota explicativa nº 22 c)	3.625	5.300
Devedores por depósitos em garantia (*)	428.542	413.166
Impostos e contribuições a compensar	78.743	109.604
Títulos e créditos a receber (nota explicativa nº 9 a) (***)	51.792	52.713
Valores a receber de ligadas (nota explicativa nº 23 a)	2	51
Devedores diversos no exterior ligadas - partes relacionadas (**)	5.582	10.693
Devedores diversos no exterior	-	27
Devedores diversos no País	19	6
Outros	1.457	503
Total	<u>570.284</u>	<u>592.316</u>
Curto prazo	110.591	138.350
Longo prazo	459.693	453.966
Total	<u>570.284</u>	<u>592.316</u>

(*) Refere-se, basicamente, a discussões judiciais decorrentes de imposto de renda sobre operações de “Box quatro pontas”, totalizando R\$ 56.644 em dezembro de 2017 (R\$ 53.462 em 2016), pedidos de compensação de IRRF no montante de R\$ 35.263, a ampliação da base de cálculo do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (Lei nº

9.718/98) no montante de R\$ 128.377 (R\$ 121.982 em 2016), processos trabalhistas e cíveis, oriundos do Banco Cacique, no montante de R\$ 75.500, processos referentes a desmutualização da BM&FBOVESPA em R\$ 94.878 (R\$ 86.816 em 2016).

(**) Refere-se a serviços prestados pelo Banco no exterior (nota explicativa nº 23 a).

(***) Refere-se a cessão de créditos sem coobrigação.

b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias:

	2017	2016
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	99.670	141.058
Impostos e contribuições a recolher	4.724	5.290
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 22 e)	116.665	101.934
Provisão para imposto diferido s/ajuste MTM (nota explicativa nº 22 e)	-	70
Outros	-	3
Total	<u>221.059</u>	<u>248.355</u>
Curto prazo	152.671	209.997
Longo prazo	<u>68.388</u>	<u>38.358</u>
Total	<u>221.059</u>	<u>248.355</u>

c) Outras obrigações - diversas:

	2017	2016
Cheques administrativos	-	41
Obrigações com cessionários	-	5
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 15. i) (**)	175.101	204.963
Provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 15. i)	179.580	119.944
Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 15. i)	31.146	16.563
Provisão com despesas de pessoal	19.014	20.705
Provisão para despesas de publicação	122	191
Provisão para pagamentos a fornecedores	1.822	5.171
Provisão para despesas de advogados	41	398
Recebimentos a processar	-	431
Credores por antecipação de valor residual (nota explicativa nº 10)	34.473	63.787
Credores diversos - exterior - partes relacionadas (nota explicativa nº 23 a)	84	13.074
Valores a pagar sociedades ligadas (nota explicativa nº 23 a)	-	106
Valores a pagar a fornecedores de bens objeto de arrendamento	-	31.365
Provisão para despesas de auditoria	194	479
Provisão para despesas de serviços técnicos especializados	2.354	-
Provisão para garantias prestadas (*)	2.271	5.165
Parcelas de arrendamento recebidas antecipadamente (VRG)	-	12.024
Fundo de reserva de financiamento	22.365	14.635
Fundo garantidor de crédito	60	46
Credores diversos no País - fianças	1.001	491
Outras	817	1.036
Total	470.445	510.620
Curto prazo	72.340	98.397
Longo prazo	398.105	412.223
Total	470.445	510.620

(*) Refere-se a responsabilidade por fianças e garantias prestadas a terceiros totalizando em 31 de dezembro de 2017 R\$ 223.171 (R\$ 500.226 em 2016).

(**) Reclassificação para nota de outras obrigações - diversas, devido alteração de cosif conforme carta circular 3.782 do BACEN.

14. DESPESAS ANTECIPADAS

	2017	2016
Fianças	-	27
Vale transporte	-	12
Despesas com encargos contratuais	-	85
Comissões (*)	1.643	1.838
Total	1.643	1.962
Curto prazo	171	985
Longo prazo	1.472	977
Total	1.643	1.962

(*) Referem-se, principalmente, a serviços pagos antecipadamente contratação de financiamento, sendo as despesas apropriadas ao resultado de acordo com a fluência do prazo dos contratos em carteira.

15. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O Banco e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos.

As instituições provisionam integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável.

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras e atualização de acordo com a legislação vigente.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

i. Saldos dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis constituídos

	2017	2016
Riscos fiscais (nota explicativa nº 13 b)	175.101	204.963
Riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13 c)	179.580	119.944
Riscos cíveis (nota explicativa nº 13 c)	31.146	16.563
Total	385.827	341.470

ii. Movimentação dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Em 31 de dezembro de 2017

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	Total
Saldo inicial	204.963	119.944	16.563	341.470
Eliminação Pecunia / incorporações Cacique e CCTVM (*)	(41.526)	82.858	(3.703)	37.629
Constituição (**)	13	1.535	17.600	19.148
Baixas	-	1	-	1
Reversão (***)	-	(24.897)	-	(24.897)
Atualização	11.651	139	686	12.476
Saldo final	<u>175.101</u>	<u>179.580</u>	<u>31.146</u>	<u>385.827</u>

Devedores por depósitos em garantia	352.904	67.414	8.224	428.542
--	---------	--------	-------	---------

Em 31 de dezembro de 2016

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	Total
Saldo inicial	202.621	101.882	19.301	323.804
Constituição	12.535	17.504	1.656	31.695
Baixas	(213)	-	(1)	(214)
Reversão	(19.040)	(4.419)	(4.394)	(27.853)
Atualização	9.060	4.977	1	14.038
Saldo final	<u>204.963</u>	<u>119.944</u>	<u>16.563</u>	<u>341.470</u>

Devedores por depósitos em garantia	365.442	37.752	9.972	413.166
--	---------	--------	-------	---------

(*) Ajuste decorrentes da venda do Banco Pecunia S/A e constituição de provisões nas incorporadas Banco Cacique S/A e CCTVM.

(**) Nota explicativa nº 26. Para riscos cíveis, houve constituição de provisão de R\$ 17.600 no Banco Societe Generale.

(***) Nota explicativa nº 25. Em riscos trabalhistas, houve reversão de R\$ 24.897 de valores provisionados referentes a incorporada Banco Cacique S/A.

iii. Detalhamento dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda:

Em 31 de dezembro de 2017

	Riscos fiscais e obrigações legais		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
	Perdas prováveis e obrigações legais (a)	175.101	175.101	202.201	179.580	31.146
Perdas possíveis (b)	240.736	-	692.530	-	26.360	-
Perdas remotas	45.121	-	7.734	-	16.674	-
Total	460.958	175.101	902.465	179.580	74.180	31.146

Em 31 de dezembro de 2016

	Riscos fiscais e obrigações legais		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
	Perdas prováveis e obrigações legais (a)	204.963	204.963	129.961	119.944	16.563
Perdas possíveis (b)	331.813	-	551.128	-	39.575	-
Perdas remotas	48.241	-	2.663	-	17.602	-
Total	585.017	204.963	683.752	119.944	73.740	16.563

Contingências fiscais e obrigações legais:

Referem-se a obrigações legais e contingências relacionadas a questões tributárias discutidas em diversas instâncias, conforme avaliação efetuada pelos assessores jurídicos do Conglomerado, sendo os principais temas discutidos:

(a) Passivos contingentes classificados como risco de perda provável e obrigações legais

- Cobrança administrativa de contribuição para o FINSOCIAL referente ao período de abril de 1991 a março de 1992 – em 31 de dezembro de 2017 totalizou R\$ 4.076 (R\$ 3.982 em 2016) ;
- Alargamento da base de cálculo para recolhimento do PIS e da COFINS pela Lei 9.718/98 – em 31 de dezembro de 2017 totalizou R\$ 109.616 (R\$ 99.212 em 2016) para o Banco e a incorporada CCTVM;
- Plano Verão - Ação judicial contestando os índices de correção monetária de balanço de 1990 –totalizou R\$ 9.725 em 2016 de dezembro. O Valor provisionado para o Banco Cacique S.A foi integralmente revertido, em face de decisão definitiva favorável aos contribuintes pelo STF em sede de repercussão geral;
- Exigibilidade de IRPJ sobre operação financeira (“Box quatro Pontas”) realizada em 1993 – em 31 de dezembro de 2017, totalizou R\$ 42.427 (R\$ 41.421 em 2016) .
- Auto de Infração que discute a dedutibilidade de prejuízos em operações Day-Trade nas bases de IRPJ e CSLL em 1993 da incorporada CCTVM – em 31 de dezembro de 2017, totalizou R\$ 8.413 no Consolidado

(b) Passivos contingentes classificados como risco de perda possível

- Pedidos de compensação de IRRF – em 31 de dezembro de 2017 totalizou R\$ 35.263 (R\$ 35.531 em 2016);
- Autos de infração da Receita Federal do Brasil lavrados contra a controlada Banco Cacique S.A., pela glosa de despesas de amortização de ágio, com serviços prestados por terceiros e omissão de ganhos auferidos na desmutualização das ações CETIP referente aos anos de 2008 e 2009 – em 31 de dezembro de 2017 totalizou R\$ 49.329 (R\$ 46.558 em 2016);
- Cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS processo de desmutualização da antiga Bovespa (atual BM&FBOVESPA), para as quais foram previamente efetuados depósitos judiciais, conforme notas explicativas nº 13 e 15 ii - em 31 de dezembro de 2017 totalizou R\$ 112.297, sendo R\$ 101.000 oriundos da incorporação da CCTVM

Trabalhistas:

Referem-se à provisão para processos movidos por ex-funcionários de diversas localidades. Os questionamentos são sobre pré-contratação para cargos técnicos e cargos de confiança, horas extras, bem como seus reflexos. Há também ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas com pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas rescisórias. Nas ações trabalhistas relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base histórica dos pagamentos efetuados. As ações trabalhistas que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com o depósito judicial efetuado no processo ou são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na Lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos. Para os processos oriundos da incorporação da controlada Banco Cacique S.A., a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados nos últimos cinco anos.

Cíveis:

São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se a indenização por dano material e/ou moral em decorrência da relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a empréstimos e prestações de financiamentos. As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na situação de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos. Para as ações cíveis de caráter indenizatório (danos morais), oriundos da incorporação da controlada Banco Cacique S.A., a provisão com base na média histórica dos pagamentos efetuados nos últimos dois anos. Os processos administrativos sancionadores referem-se às investigações e/ou procedimentos instaurados pelos Órgãos da Administração Pública, que têm a função de regular e fiscalizar as atividades do mercado financeiro, e que visam a apuração de condutas supostamente irregulares.

16. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

	Cacique Promotora de Vendas Ltda.		Cobracred Cobrança Especializada Ltda.		Credial Empreendimentos e Serviços Ltda.		Sgam Soc Asset Management Brasil Ltda.		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
	Informações das controladas:									
Capital social	-	198.443	-	12.100	-	-	-	-	-	-
Quantidade de cotas	-	22.815	-	121.000	-	-	-	-	-	-
Participações - %	-	99,9992%	-	0,1000%	-	0,0000%	-	-	-	-
Patrimônio líquido	-	95.133	-	7.866	-	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	(11.354)	-	(2.576)	-	(7.041)	-	-	-	-
Movimentação dos investimentos:										
Saldos em 31 de dezembro	45.065	50.068	8	10	-	6.146	-	6	45.073	56.230
Resultado de equivalência patrimonial	-	(11.354)	-	(2)	-	(6.715)	-	-	-	(18.071)
Aumento de capital	-	-	-	-	-	7.000	-	-	-	7.000
Cisão do investimento em controlada	-	-	-	-	-	(6.146)	-	-	-	(6.146)
Incorporação do investimento (nota explicativa nº 1)	(45.065)	6.351	(8)	-	-	(326)	-	-	(45.073)	6.025
Baixa de investimento	-	-	-	-	-	-	-	(6)	-	(6)
Variação patrimonial líquida de ajustes do exercício anterior	-	-	-	-	-	41	-	-	-	41
Saldos em 31 de dezembro	-	45.065	-	8	-	-	-	-	-	45.073

Em 02 de fevereiro de 2016, o Banco Cacique S.A. aumentou seu capital social em R\$ 60.000. Este aumento foi homologado pelo Banco Central em 12 de fevereiro de 2016.

Em 12 de fevereiro de 2016 a SG Equipment Finance S.A.-Arrendamento Mercantil, aumentou seu Capital Social em R\$ 45.000. O referido aumento do Capital Social foi aprovado pelo BACEN em 19 de fevereiro de 2016.

Em 01 de agosto de 2016, a Administração do Banco Cacique aprovou a incorporação da Credial Empreendimentos e Serviços Ltda., empresa cindida do Banco Pecúnia, na mesma data. A incorporação foi homologada pelo Banco Central em 12 de setembro de 2016.

Em 18 de outubro de 2016 a Credial Empreendimentos e Serviços Ltda. foi incorporada pela Cacique Promotora de Vendas Ltda.

Em 13 de março de 2017, o Banco Cacique S.A., aumentou seu capital social em R\$ 10.000. Este aumento foi homologado pelo Banco Central em 20 de março de 2017.

O Banco Pecúnia S.A. foi adquirido pela Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de maio de 2017 pelo valor total de R\$ 53.300. Esta alienação foi homologada pelo Banco Central no Diário Oficial de 26 de junho de 2017. O Banco Pecúnia S.A. não faz mais parte do conglomerado financeiro a partir desta data.

O Banco Cacique S.A. foi incorporado pelo Banco em 02 de outubro de 2017 pelo seu valor contábil. Esta incorporação foi homologada pelo Banco Central no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2017

A Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários foi incorporada pelo Banco em 01 de dezembro de 2017 pelo seu valor contábil. Esta incorporação foi homologada pelo Banco Central no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2017.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de fevereiro de 2016, a SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil aumentou seu Capital Social da Sociedade em R\$ 45.000. Este aumento do Capital Social foi aprovado pelo Bacen em 16 de fevereiro de 2016.

17. DEPÓSITOS

	Depósitos à vista		Depósitos a prazo		Depósitos interfinanceiros		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Sem vencimento	13.085	6.836	-	-	-	-	13.085	6.836
Até 3 meses	-	-	9.466	644	152.805	51.358	162.271	52.002
De 3 meses a 1 ano	-	-	290.268	314.154	-	50.170	290.268	364.324
De 1 a 3 anos	-	-	139.975	294.955	-	-	139.975	294.955
De 3 a 5 anos	-	-	699	348	-	-	699	348
Total	<u>13.085</u>	<u>6.836</u>	<u>440.408</u>	<u>610.101</u>	<u>152.805</u>	<u>101.528</u>	<u>606.298</u>	<u>718.465</u>

18. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	Carteira de terceiros		Carteira de livre movimentação		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
A vencer até 3 meses	801.959	697.459	276.084	143.676	1.078.043	841.135
Total	<u>801.959</u>	<u>697.459</u>	<u>276.084</u>	<u>143.676</u>	<u>1.078.043</u>	<u>841.135</u>

19. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	2017		2016	
	Patrimonial	Resultado	Patrimonial	Resultado
Empréstimos:				
Obrigações por empréstimos no País	7.294	(1.059)	-	(5.495)
Obrigações em moeda estrangeiras - exportação e importação (a)	492.125	(5.101)	404.685	291.073
Obrigações em moedas estrangeiras - outras obrigações (b)	3.566.323	(251.317)	2.154.267	1.070.030
Obrigações por empréstimos no exterior (c)	1.252.585	(105.116)	685.842	117.576
Subtotal	<u>5.318.327</u>	<u>(362.593)</u>	<u>3.244.794</u>	<u>1.473.184</u>
Repasse do País				
Finame	5.061	(220)	11.889	(327)
Repasse do exterior				
Obrigações por repasse no exterior (d)	325	(167)	2.829	794
Total	<u>5.323.713</u>	<u>(362.980)</u>	<u>3.259.512</u>	<u>1.473.651</u>
Curto prazo	4.674.903		2.911.069	
Longo prazo	648.810		348.443	
Total	<u>5.323.713</u>		<u>3.259.512</u>	

(a) São representadas por recursos captados de banqueiros no exterior com Société Générale-Cayman com vencimentos até 2018 e para aplica o em desconto de letras de exporta o, pr -financiamentos de exporta es e financiamentos de importa es, incorrendo em varia o cambial, acrescida de juros de até 2,12% ao ano em 2017 (1,56% ao ano em 2016).

A Controlada SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil em 11 de outubro de 2012, a Sociedade captou empréstimo com o Banco HSBC Brasil, vinculado com base nos recebíveis de opera es de arrendamento mercantil da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás, contratadas segundo a Resolu o 2.921/02 do CMN, no montante de R\$ 27.928, com juros de 0,55% a.a. e taxa de 100% do CDI, e vencimento em 3 de outubro de 2016. Nova capta o com essas mesmas características ocorreu em 28 de dezembro de 2012, no montante de R\$ 7.556, com juros de 0,558% a.a. e taxa de 100% do CDI, com

vencimento em 3 de dezembro de 2016. Em 23 fevereiro de 2017, nova captação com essas mesmas características ocorreu junto ao Banco Safra vinculado nos recebíveis de operações de arrendamento mercantil da Tecban – Tecnologia Bancária, no montante de R\$ 33.203, com juros de 3,20% a.a e com taxa de 100% do CDI, com vencimentos entre janeiro de 2020 e dezembro de 2021. Em 15 de dezembro de 2017 parte das operações foram liquidadas antecipadamente.

(b) São representadas por empréstimos em moeda estrangeira com com a matriz do Banco, no exterior, vencíveis em 2018, sujeitos à variação cambial e juros de até 1,75% ao ano em 2017 (0,75% ao ano em 2016).

(c) Referem-se a empréstimos, centralizados com a Société Générale-Paris e Société Générale-Cayman e Inter-American Development Bank, com vencimentos até 2020, sujeitos   varia o cambial e a juros de até 3,93% ao ano em 2017 (3,93% ao ano em 2016).

(d) São representados por obriga es em moeda estrangeira, com a matriz do Banco, no exterior, com vencimento até 2019, sujeitos   varia o cambial e juros de até 1,6% ao ano em 2017 (3,5% ao ano em 2016).

Para os empréstimos que foram feitos “hedges” de fluxo de caixa (nota explicativa n  7 e.3) com derivativos no mercado futuro de “DDI” e “DI”, houve marca o a mercado no Banco com ajuste favorável de R\$ 187 (em 2016 desfavorável em R\$ 3.468).

A Controlada SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil, no curso normal de seus negócios, possui opera es denominadas em moeda estrangeira, decorrentes de obriga es por empréstimos, captados junto   matriz no exterior do grupo Société Générale – Paris, com vencimentos até 2022, sujeitos   varia o cambial e juros de até 4,51% ao ano, e que estão protegidos por instrumentos financeiros derivativos.

Em 4 de Dezembro de 2013, a Sociedade captou empréstimo com o Banco KFW IPEX-Bank GmbH, no montante de R\$ 97.211, com taxas praticadas no mercado e vencimento em 6 de novembro de 2017.

Em 24 de novembro, a Sociedade captou empréstimo com o International Finance Corporation – IFC, no montante de R\$ 66.085, com taxas praticadas no mercado e vencimento em 15 de outubro de 2022.

20. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

	2017	2016
Comissão de empréstimos (*)	-	155
Descontos obtidos a diferir (**)	21.287	20.394
Comissão de opera�o em moeda estrangeira	1.886	2.382
Total	23.173	22.931

(*) Refere-se a rendas oriundas de equaliza o de taxas de financiamento a lojistas, as quais são apropriadas pelo prazo contratual, bem como as comissões de abertura de crédito financiadas, que também seguem a mesma forma de apropria o.

(**)Refere-se ao diferimento de desconto comercial obtido junto aos fornecedores, oriundos de opera es de arrendamento mercantil.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o capital social totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 2.956.929, estava representado por a es, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no País e exterior, composto da seguinte forma:

	2017	2016
Ações ordinárias	508.474	508.474
Ações preferenciais	508.474	508.474
Total	1.016.948	1.016.948

b) Dividendos

Conforme previsto no estatuto das instituições, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício. O Conselho de Administração, através de Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária, pode deliberar sobre a distribuição de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes.

c) Aumento de capital

Em 13 de março de 2017, houve aumento de capital de R\$ 10.000, mediante emissão de 49.053 novas ações ordinárias nominativas, na controlada Banco Cacique S.A., passando o capital a ser de R\$ 809.579 e o total de 1.240.445 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Este aumento foi homologado pelo Banco Central em 20 de março de 2017. Em 01 de agosto de 2016, houve a Cisão Parcial do Banco Pecúnia, com versão da parcela cindida para o Banco Cacique S.A., que teve o capital social aumentado em R\$ 6.061, líquido dos valores da reserva de capital e reserva de reavaliação, com emissão de 27.248 ações ordinárias nominativas, passando o capital a ser de R\$ 799.579 e o total de 1.191.392 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Este aumento foi homologado pelo Banco Central em 12 de setembro de 2016. Em 12 de fevereiro de 2016, houve aumento do Capital Social de R\$ 45.000, representado por 1.639.644 ações, na controlada SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil, passando assim para um total de 4.897.002 ações, mediante a emissão de 819.822 ações ordinárias e 819.822 ações preferenciais. Este aumento do Capital Social foi aprovado pelo Bacen em 16 de fevereiro de 2016. Em 02 de fevereiro de 2016, houve aumento de capital de R\$ 60.000, mediante emissão de 269.760 novas ações ordinárias nominativas, passando o capital a ser de R\$ 793.518 e o total de 1.164.144 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Este aumento foi homologado pelo Banco Central em 12 de fevereiro de 2016.

d) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante destinação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% do capital social, conforme previsto no § 4º do art. 193 da Lei 6.404/76.

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidente sobre as operações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2017	2016	2017	2016
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, deduzido das participações estatutárias	31.327	86.141	31.327	86.141
Alíquota vigente	25%	25%	20% (*)	20% (*)
Receita (despesa) crédito tributário de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(7.832)	(21.535)	(6.265)	(17.228)
a) Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças permanentes:				
-Resultado de participações em coligadas e controladas	(24.941)	(4.517)	(19.953)	(3.614)
-Ajustes de preços de transferência para exterior	(434)	(445)	(347)	(356)
-Juros indedutíveis Lei 12.249/10	(6.910)	(6.273)	(5.528)	(5.019)
-Incentivo fiscal	(389)	(611)	(311)	(487)
-Descontos concedidos	-	(415)	-	(332)
-Outras despesas não dedutíveis	1.776	797	(295)	(1.292)
b) Efeito do imposto de renda e da contribuição social, sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais:				
Diferenças temporárias (a)				
-Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(1.683)	(4.417)	(1.346)	(3.532)
-Ajuste a valor de mercado – TVM e derivativos	2.304	(22.378)	1.843	(17.903)
-(Provisão)/Reversão para despesas com SG Paris	(70)	47	(55)	38
-Provisão/(Reversão) para devedores duvidosos	(3.566)	2.376	(2.853)	1.902
-Provisão para publicação de balanço	(10)	4	(7)	3
-Amortização de ágio	-	15.286	-	12.229
-Exclusão de receitas com atualização de depósitos judiciais	4.156	-	3.325	-
-(Provisão)/Reversão de bônus e PLR	(134)	153	(108)	121
-Honorários advocatícios	90	(30)	71	(24)
-Provisão para realização de ativo	48	6.264	38	5.011
-Provisão Garantias	3.987	(4.093)	3.189	(3.274)
-Outras diferenças temporárias	4.687	7.355	(9)	(171)
Compensação de prejuízos fiscais e bases negativas exercícios anteriores	-	52	-	-
prejuízo fiscal e base negativa apurados no período	(1.948)	(24.123)	-	(19.299)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no período	(30.869)	(56.503)	(28.611)	(53.227)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	(6.068)	4.781	(1.265)	9.872
Ajustes de imposto de renda e da contribuição social de outros exercícios	(2.148)	(8.702)	(1.344)	(5.046)
Total de imposto de renda e contribuição social	(39.085)	(60.424)	(31.220)	(48.401)

(*) Em outubro de 2015 entrou em vigor a Lei nº 13.169/15, que elevou a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) de instituições financeiras de 15% para 20% a partir de 1º de setembro de 2015 até 31 de Dezembro de 2018. Para apurar a parcela da base da contribuição social sujeita a nova alíquota, dentro do exercício, o banco efetuou o cálculo estabelecido pela instrução normativa RFB nº 1.591 de novembro de 2015.

b) O Grupo possui prejuízos fiscais em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 102.271 (R\$ 559.295 em 2016) e diferenças temporárias referentes a provisões não dedutíveis de R\$ 624.861 (R\$ 801.881 em 2016), sobre os quais não foram contabilizados imposto de renda (25%) e contribuição social (20%) diferidos no montante de R\$ 309.989 (R\$ 594.141 em 2016) e, conservadoramente, não reconheceu contabilmente esse ativo fiscal diferido, o qual será contabilizado quando o estudo técnico demonstre a capacidade de sua recuperação, em atendimento à Resolução nº 3.059/02 do BACEN.

c) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Ativo - Imposto de renda

	2.017	2.016
Prejuízo fiscal e base negativa	-	-
Diferenças temporárias:	8.055	11.774
Provisão para riscos	-	9.603
Ajuste a valor de Mercado TVM e derivativos	-	-
Ajuste a valor de Mercado-"hedge-cash flow hedge"	8.055	2.107
Outras	-	64
Total	8.055	11.774
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Crédito tributário constituído	<u>2.014</u>	<u>2.945</u>

Ativo - Contribuição social

Prejuízo fiscal e base negativa	-	-
Diferenças temporárias:	8.055	11.774
Provisão para riscos	-	9.603
Ajuste a valor de Mercado TVM e derivativos	-	-
Ajuste a valor de Mercado-"hedge-cash flow hedge"	8.055	2.107
Outras	-	64
Total	8.055	11.774
Alíquota de contribuição social	20%	20%
Crédito tributário constituído	<u>1.611</u>	<u>2.355</u>

Total crédito tributário constituído (nota explicativa nº 13 a)	<u>3.625</u>	<u>5.300</u>
---	--------------	--------------

d) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias:

	2017	2016
Saldo inicial	5.300	6.039
Incorporação CCTVM(*) - Baixas CTs	(4.352)	-
Adições	2.677	3.717
Baixas	-	(4.456)
Saldo final	3.625	5.300

(*) efeito dos Créditos Tributários baixados em 30/06/2017 na Incorporada CCTVM.

e) Movimentação do imposto de renda diferido passivo:

	2017	2016
Saldo inicial	102.005	112.534
Incorporação CCTVM e Cacique (**)	1.382	-
Ajustes a valor de mercado TVM e Derivativos- para negociação	(4.450)	(29.701)
Marcação a mercado-hedge-cash flow hedge	-	(2.867)
Ajustes a valor de mercado TVM e Derivativos - disponíveis para venda	5.942	3.310
Receitas com atualização de depósitos judiciais	7.298	11.275
Reserva de reavaliação	-	(107)
Realização de superveniência de depreciação	4.488	7.561
Saldo final (Nota explicativa nº 13 b)	116.665	102.005

(**) Ajustes decorrentes das incorporações Banco Cacique S/A e CCTVM.

f) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização é apresentado a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico, segundo o qual há expectativa de geração de resultados futuros positivos:

Valor contábil		
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias		
Ano	2017	2016
2016	-	-
2017	-	978
2018	3.625	4.322
Total	3.625	5.300

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média projetada do CDI, totalizava R\$ 3.394 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 4.389 em 2016).

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são assim resumidas:

- a) As transações com controladores, controladas e outras partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

Contraparte	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	2017	2016	2017	2016
Cacique Promotora de Vendas Ltda.				
Depósitos à vista	-	(1.078)	-	-
Depósitos a prazo	-	(89.723)	-	(9.000)
Valores a receber de sociedades ligadas	-	49	-	-
Cobracred Cobranças Especializadas Ltda.				
Depósitos à vista	-	(309)	-	-
Depósitos a prazo	-	(19.760)	-	(2.030)
Valores a pagar a sociedades ligadas	-	(209)	-	(2.993)
Credial Empreendimentos e Serviços Ltda.				
Depósitos a prazo	-	-	-	(1.480)
Société Générale - Nova York:				
Obrigações em moeda estrangeira	-	(404.685)	-	(291.073)
Obrigações por empréstimos do exterior	(98.567)	(100.596)	(2.155)	270
Société Générale - Paris:				
Aplicações em moeda estrangeira	-	-	(9.467)	-
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	-	-	3.981	-
Devedores diversos no exterior (*)	5.582	10.693	-	(6.924)
Credores diversos no exterior (**)	(84)	(13.074)	(27)	130
Obrigações em moeda estrangeira	(3.566.323)	(2.154.267)	(13.864)	(1.070.030)
Obrigações por empréstimos do exterior	(960.627)	(551.114)	(53.370)	(55.080)
Obrigações por repasses do exterior	(325)	(2.829)	-	(794)
Outras obrigações - diversas	-	-	1.196	-
Société Générale - Cayman:				
Obrigações por empréstimos do exterior	(80.144)	-	201	-
Obrigações em moeda estrangeira	(492.125)	-	(9.846)	-
Sogener Administração e Serviços Ltda.				
Valores a receber de sociedades ligadas	2	2	22	21
Depósitos à vista	(39)	(31)	-	-
Depósitos a prazo	(2.560)	(2.345)	(240)	(307)
Ald Automotive Ltda.				
Depósitos à vista	(541)	(8)	-	-
Depósitos a prazo	-	-	(1.345)	(996)
Operações com swap - diferencial a receber	79.785	54.805	345.336	270.631
Resumo por conta:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	-	-	3.981	-
Aplicações em moeda estrangeira	-	-	(9.467)	-
Depósitos à vista	(580)	(1.426)	-	-
Depósitos a prazo	(2.560)	(111.828)	(1.585)	(13.813)
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	-
Devedores diversos no exterior (*)	5.582	10.693	-	(6.924)
Valores a receber de sociedades ligadas	2	51	22	21
Obrigações em moeda estrangeira	(4.058.448)	(2.558.952)	(23.710)	(1.361.103)
Credores diversos no exterior (**)	(84)	(13.074)	(27)	130
Obrigações por empréstimos do exterior	(1.139.338)	(651.710)	(55.324)	(54.810)
Obrigações por repasses do exterior	(325)	(2.829)	-	(794)
Operações com swap - diferencial a receber	79.785	54.805	345.336	270.631
Valores a pagar a sociedades ligadas	-	(209)	-	(2.993)
Outras obrigações - diversas	-	-	1.196	-
	(5.115.966)	(3.274.479)	260.422	(1.169.655)

(*) Nota explicativa nº 13 a

(**) Nota explicativa nº 13 c

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:

	2017	2016
Proventos	5.792	10.782
Contribuição ao INSS	1.522	4.244
Total	7.314	15.026

Outras informações

I - Conforme a legislação em vigor, as instituições não concedem empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

II - Participação acionária

A participação acionária do Banco está apresentada da seguinte forma:

	2017			2016		
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Société Générale-Paris	508.474	508.474	1.016.948	508.474	508.474	1.016.948
Total de ações	508.474	508.474	1.016.948	508.474	508.474	1.016.948

24 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2º semestre</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesas de água, energia e gás	68	133	376
Despesas de material	80	131	231
Despesas de serviços técnicos especializados	8.737	14.504	10.377
Despesas de processamento de dados	4.662	7.697	21.325
Despesas de serviços do sistema financeiro	8.081	21.061	15.769
Despesas de aluguéis	2.460	4.355	5.317
Despesas de serviços de terceiros	876	1.523	8.400
Despesas de manutenção e conservação de bens	445	850	1.790
Despesas de comunicações	789	1.481	2.391
Despesas de contribuições filantrópicas	1.659	2.031	2.781
Despesas de serviços de vigilância e segurança	62	124	121
Despesas com informações cadastrais - PF e PJ	-	-	372
Despesas de arrendamento	15	31	118
Despesas de seguros	201	217	702
Despesas com entidades de classe	361	725	696
Despesas de propaganda e publicidade	77	149	215
Despesas de publicações	71	92	243
Despesas de transportes	205	459	630
Despesas de promoções e relações públicas	1.101	1.656	762
Despesas de viagem	722	1.321	1.674
Despesas de depreciação e amortização	928	1.733	4.802
Despesas com serviços de consultoria e assessoria	-	-	5.173
Despesas com auditoria	591	859	1.919
Despesas com custas judiciais	1.605	1.606	-
Despesas com prestação de serviços corporativos - exterior	15	21	758
Despesas de serviços de promoção de vendas	-	-	436
Despesas de serviços de cobrança	-	-	3.899
Despesas de serviços administrativos prestados	-	-	148
Despesas de serviços de assessoria jurídica	-	-	5.466
Despesas de estrutura compartilhada	-	-	595
Despesas com indenizações cíveis	-	-	3.890
Outras	560	1.111	2.184
Total	<u>34.371</u>	<u>63.870</u>	<u>103.560</u>

25 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>2º semestre</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Recuperação de encargos e despesas	32	32	889
Reversão de provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 15 ii)	-	-	4.476
Reversão de provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 15 ii)	10.305	24.897	16.536
Reversão de provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 15 ii)	-	-	6.841
Atualização de créditos tributários	392	738	249
Atualização de depósitos judiciais	7.222	16.500	3.510
Atualização de depósitos trabalhistas	948	1.045	21.227
Atualização de depósitos cíveis	98	98	318
Atualização de contingências fiscais	98	98	-
Atualização de provisão de execução de sucumbência	16	23	-
Juros e multas	1.405	2.385	961
Reversão de provisão para despesa com pessoal	-	-	243
Reversão de provisões com créditos cedidos com coobrigação	-	-	3.578
Reversão de provisão de auditoria externa	-	-	206
Reversão de provisão de verbas indenizatórias	765	765	-
Receitas com encargos contratuais – inadimplência	-	-	500
Reversão de provisão de aluguel e prestação de serviços no País	-	-	43
Descontos obtidos	-	-	5
Levantamento depósitos judiciais	-	3	9
Variação monetária	2.542	2.545	84.683
Reversão de provisão de execução de sucumbência	694	694	-
Rendas de comissão sobre vendas de seguros	-	-	305
Receita de estrutura compartilhada	-	-	297
Reversão de garantias prestadas	3.858	3.858	-
Reversão de provisão de garantias recebidas	23	13.075	-
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	-	1.049	-
Outras receitas operacionais	80	503	566
Total	<u>28.478</u>	<u>68.308</u>	<u>145.442</u>

26 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>2º semestre</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Prestação de serviços no exterior	14	21	9
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 15 ii)	-	13	12.535
Atualização de riscos fiscais (nota explicativa nº 15 ii)	3.363	11.651	9.060
Provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 15 ii)	1.227	1.535	17.504
Atualização de riscos trabalhistas (nota explicativa nº 15 ii)	139	139	4.977
Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 15 ii)	17.600	17.600	1.656
Atualização de riscos cíveis (nota explicativa nº 15 ii)	685	686	1
Provisão para pagamento de gratificação	64	294	679
Provisão para despesas com publicação	39	75	-
Provisão de garantias recebidas	-	23	13.052
Descontos concedidos	1.175	1.175	1.660
Variação monetária	16.694	21.301	4.474
Despesas com depósitos judiciais	1.431	1.431	1.526
Provisão para Garantias prestadas	264	964	3.431
Provisão de execução de sucumbência	-	671	-
Atualização de provisão de execução de sucumbência	16	23	-
Outras	152	277	4.310
Total	<u>42.863</u>	<u>57.879</u>	<u>77.602</u>

(*) Provisão aplicada de acordo com metodologia estabelecida pela Resolução CMN 3.721/09 que qualifica as operações de garantias, avais e fianças prestadas como risco de crédito. Os valores de risco de crédito incorridos pelo Banco foram calculados pelos valores nominais garantidos atualizados para reais quando definidos em moeda estrangeira, deduzidos dos montantes das contra garantias emitidas por nossa Matriz.

27 LIMITES OPERACIONAIS

Acordo da Basiléia

O BACEN divulgou diversos Comunicados que tratam das diretrizes e dos cronogramas para a implantação dos conceitos do novo Acordo da Basiléia (Basiléia III), os quais estabelecem critérios mais adequados aos níveis de riscos associados às operações das instituições financeiras para alocação de capital regulamentar.

Além desses Comunicados, há outros normativos que estabelecem as diretrizes para a apuração do capital regulamentar, os quais passaram a produzir efeitos a partir de 1º de Outubro de 2013; entre eles constam:

- Resolução nº 4.193/13, nº 4.194/13 e nº 4.192/13- definem o Patrimônio de Referência Exigido (PRE);
- Circular nº 3.634/13 a nº 3.641/13, e nº 3.644/13 e nº 3.645/13 - define a Parcela de RWA;
- Circulares nº 3.634/13 a nº 3.647/13 - definem a exposição às parcelas de Juros (RWAjur-1 a RWAjur-4), Ações (RWAacs), “Commodities” (RWAcom) e Câmbio (RWAcam);
- Resolução nº 4.193/13 - define a Parcela de Risco Operacional (RWAopad)

Apuração dos limites de Basiléia – Consolidado

	Sigla	Cálculo pelo critério atual (Basileia II)	
		2017	2016
		Patrimônio Líquido de Referência (ajustado)	PR
Patrimônio de Referência Exigido	PRE	450.150	406.242
Parcela do Risco das Posições “Banking Book”	RBAN	5.790	9.462
Valor da margem		861.383	936.498

Parcelas que compõem o PRE

Parcela	2017		2016	
	Totais	% de consumo do PR	Totais	% de consumo do PR
RWACPAD	294.134	22%	261.787	19%
RWACAM	6.011	0%	3.782	0%
RWAJUR1	10.937	1%	13.963	1%
RWAJUR2	103.563	8%	100.226	7%
RWAJUR3	1.770	0%	63	0%
RWAJUR4	-	0%	-	0%
PCOM	-	0%	-	0%
PACS	28	0%	120	0%
RWAOPAD	33.707	3%	26.301	2%
Adicional BCB	-	0%	-	0%

• Extrapolação

	2017	2016
Índice alcançado	27,07%	32,87%

28 PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

O Société Générale Group (matriz - França) oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários de sua subsidiária brasileira (Société Générale Brasil S.A.) planos de pagamentos baseados em ações.

Os planos são classificados como pagamentos baseados em ações com liquidação em ações. Os planos de ações livres e diferidas são liquidados com entrega de ações do Société Générale (França).

A seguir, demonstramos os valores de posição e movimentação dos semestres findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, contabilizados na rubrica de despesa com pessoal contra a conta do grupo do patrimônio líquido de reserva de capital.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Plano de ações livres (*)	377	1.170
Plano de ações diferidas (**)	<u>1.917</u>	<u>848</u>
Total	<u><u>2.294</u></u>	<u><u>2.018</u></u>
Saldo no início do exercícios	1.022	2.286
Constituição	276	171
Saldo incorporado Cacique	996	-
Cancelada	-	(158)
Reversão	-	(358)
Exercidas	-	(131)
Incorporação líquida da variação em controlada (Controlada Banco Cacique S/A)	-	208
Saldo no fim do exercícios	<u><u>2.294</u></u>	<u><u>2.018</u></u>

(*) Reservas de capital

(**) Outras Obrigações Diversas

29 OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Plano de pensão

A partir do exercício de 2008, o Banco passou a oferecer um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade contribuição definida, o qual é administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A. Este programa está sendo patrocinado pelo Banco e pelos seus funcionários.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, as contribuições dos patrocinadores totalizaram R\$ 857 (R\$ 772 em 2016) e pelos funcionários R\$ 996 (R\$ 890 em 2016).
